

# Governadores adiam reunião para discussão da reforma tributária

Os governadores Orestes Quércia (SP), Waldir Pires (BA), Newton Cardoso (MG) e Moreira Franco (RJ) decidiram ontem suspender a reunião com seus colegas do PMDB, que estava prevista para o Rio na próxima semana. Segundo vários políticos, eles entenderam que o encontro de secretários de Fazenda amanhã, em Canela, Rio Grande do Sul, esgota o debate em torno da reforma tributária, assunto principal de sua reunião.

Os governadores convenceram-se de que o documento que será formulado, ao término do encontro de secretários, bastará para orientar a atuação das bancadas federais na Assembleia Nacional Constituinte. A exiguidade do tempo — o prazo para apresentação de emendas ao anteprojeto constitucional termina no próximo dia 13, quinta-feira — também teria contribuído para o adiamento.

Há outra versão para a suspensão, segundo a qual a reaproximação do PMDB com o PFL, marcada pelo encontro dos Presidentes dos dois partidos, Ulysses Guimarães e Marco Maciel, teria feito voltar às instâncias partidárias os entendimentos em torno dos pontos polêmicos da reforma tributária.

Os governadores estariam dispostos a aguardar a evolução do quadro político e o resultado da reunião de Canela. A reunião estava prevista inicialmente para o próximo sábado. No curso dessa semana, após uma conversa telefônica de Moreira Franco com Orestes Quércia, foi transferida para segunda-feira. Ontem, finalmente ela foi suspensa.

Em Belo Horizonte, o Governador Newton Cardoso disse ontem à noite ao GLOBO que a reunião dos governadores foi adiada por sugestão



Moreira anuncia



Quércia sugere



Newton concorda

do Governador Orestes Quércia, de São Paulo, com quem conversou à tarde por telefone. Segundo Cardoso, o encontro não foi cancelado "mas apenas adiado para se ter tempo de examinar o resultado da reunião de secretários estaduais sobre o assunto".

De acordo com o Governador de Minas, o encontro dos governadores seria destinado basicamente à discussão da reforma tributária que será tratada pela Constituinte.

— Como os secretários vão discutir exatamente isso, para acertar pontos de vista, achamos por bem adiar nosso encontro para melhor amadurecimento das questões que serão discutidas por eles, explicou.

— Após esse tempo, nós vamos nos reunir — reafirmou.

Em São Paulo, o Governador Orestes Quércia voltou ontem a condicionar a fixação da data do encontro dos governadores no Rio de Janeiro à reunião dos secretários estaduais de Fazenda.

Segundo Quércia, será com base nos resultados das discussões dos secretários que os governadores definirão o dia em que irão se encontrar para analisar formas de sustentação ao Governo Sarney, formas de pressão na Constituinte e reforma tributária.

A informação de que o Governador Moreira Franco anunciara o cancelamento do encontro dos governadores foi recebida com surpresa e descrença ontem à noite no Palácio dos Bandeirantes.

O Governador paulista preferiu não comentar a notícia, mas assessores próximos a ele disseram acreditar num "erro de comunicação", devido aos entendimentos que durante todo o dia Quércia manteve com colegas de outros Estados e com o próprio Moreira Franco. O erro, segundo esses mesmos assessores, teria sido apenas de português, uma vez que a notícia que chegou à Capital paulista mencionava "cancelamento" e não "adiamento", que era o termo correto.

## Secretários querem garantir conquistas tributárias

Os secretários estaduais de Fazenda de todo o País reúnem-se esta sexta-feira em Canela, no Rio Grande do Sul, com um objetivo declarado: elaborar uma estratégia comum de ação para fazer frente a autoridades econômicas do Governo Federal que estariam interessadas em reduzir conquistas dos Estados, na área tributária, previstas no anteprojeto da nova Constituição. O documento que resultará desse encontro vai orientar a atuação das bancadas federais na Assembleia Nacional Constituinte em questões relativas à tributação.

O Rio de Janeiro levará à reunião de Canela duas propostas que, na opinião do Secretário Jorge Hilário Gouveia Vieira, serão fundamentais para disciplinar os novos critérios de distribuição do bolo orçamentário. Uma propõe a fixação de limites máximos de tributação para produtos sujeitos à dupla incidência de impos-

tos — o IPI, federal, e o ICM, estadual. Outra sugere a supressão do artigo que regulamenta a possibilidade de o Governo Federal cobrar encargos sociais sobre o patrimônio líquido das empresas.

A aprovação do anteprojeto constitucional, atualmente na Comissão de Sistematização, tornará o Estado do Rio viável economicamente, assegura Jorge Hilário. Por ter em seu território importantes refinarias, o Rio de Janeiro teria um significativo acréscimo em sua arrecadação — decorrente do artigo que estende a incidência do ICM a produtos atualmente só tributados pela União, como o petróleo.

Do encontro dos secretários vai resultar um documento cujas linhas gerais vão balizar o comportamento das bancadas federais. Na interpretação de um influente assessor de Moreira Franco, a reunião terá o significado de um grito de independência, que chegaria à Constituinte co-

mo um claro sinal de que os princípios federativos precisam ser assegurados.

A alteração do índice do Fundo de Participação dos Estados — de 14% para 21,5% — proposta no anteprojeto, cujo texto fora condensado pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, é um claro indicador dos avanços já conquistados, observa o Secretário Jorge Hilário. Para ele, entretanto, a mobilização política, nesse momento, é de extrema importância para assegurá-los.

Louçadas pelos governos estaduais, essas mudanças estariam preocupando autoridades econômicas federais. Declarações do Secretário do Tesouro, Andréa Calabi, sobre a necessidade de alterações no anteprojeto foram interpretadas pelos secretários de Fazenda como um sintoma de que o Governo Federal se articula para reduzir a extensão dessas propostas.